

OAB aponta uso de pesquisas como 'publicidade enganosa'

Posição foi manifestada em declaração divulgada ontem durante encontro em Porto Alegre

AYRTON CENTENO

PORTO ALEGRE – A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) condenou ontem, em manifesto intitulado Declaração de Porto Alegre, a “utilização das pesquisas eleitorais como instrumento de publicidade enganosa” e sustentou que essa prática “violenta a livre manifestação do voto” e “representa um desserviço à plenitude democrática”. A tomada de posição foi apresentada pelo Colégio de Presidentes dos Conselhos Seccionais da OAB, que se reuniu por três dias na capital gaúcha.

O manifesto também adverte que “a eventual outorga de poderes revisionais da Constituição” ao Congresso que acabou de sair das

urnas “não passará de manobra política”. Para a entidade, se isso ocorrer, haverá “riscos de prevalência de fisiologismos e conveniências inaceitáveis”. A OAB considera que a reforma política deve ser prioridade diante de qualquer projeto de alteração constitucional, a fim de servir de “base segura” para as demais mudanças.

A OAB assinala que a crise financeira mundial “não pode servir de justificativa para retrocesso nos critérios democráticos de legislação, com uso inconstitucional de medidas provisórias e sacrifícios desnecessários ao povo brasileiro, em proveito dos especuladores nacionais e internacionais”.

Cita a adaptação do Poder Judiciário à realidade nacional, com redução dos custos de acesso à Justiça, estabelecimento de controle externo dos atos administrativos, não-adoção do efeito vinculante, entre outras medidas, como “prioridade sócio-política inadiável”.